



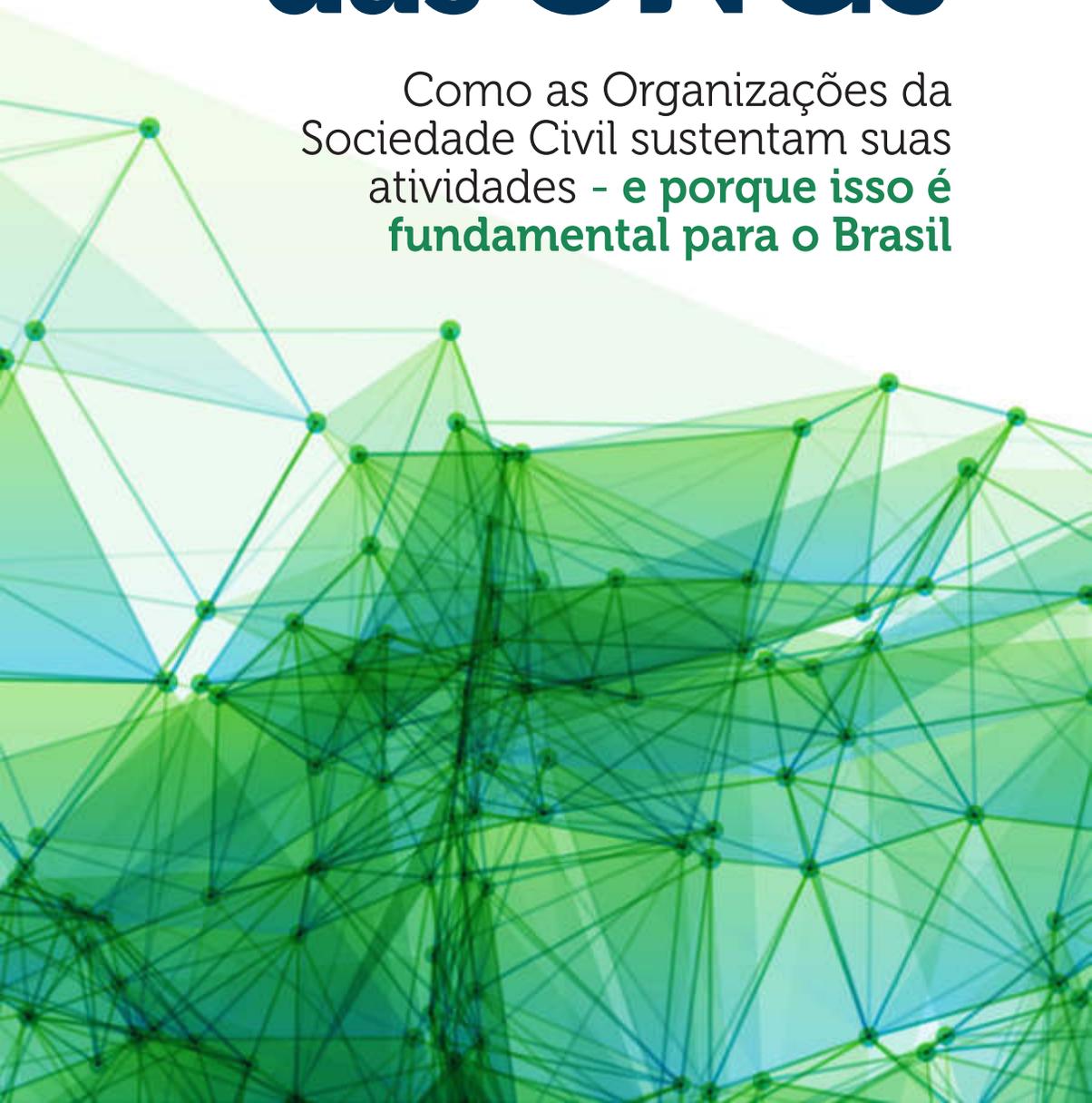
OBSERVATÓRIO
da SOCIEDADE CIVIL



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

O dinheiro das ONGs

Como as Organizações da
Sociedade Civil sustentam suas
atividades - **e porque isso é
fundamental para o Brasil**







O dinheiro das ONGs

Como as Organizações da
Sociedade Civil sustentam suas
atividades - **e porque isso é
fundamental para o Brasil**



OBSERVATÓRIO
da SOCIEDADE CIVIL



ORGANIZAÇÕES EM DEFESA
DOS DIREITOS E BENS COMUNS

Sumário

- 5 Apresentação
- 6 Quebrando mitos
- 9 Queda dos recursos internacionais modifica organizações
- 17 Prestação de serviços ou promoção de direitos?
- 22 Descentralização das políticas públicas muda relações com o Estado
- 28 Empresas brasileiras preferem projetos próprios
- 34 Doação individual traz recursos e apoio
- 40 Sociedade civil brasileira em busca de novos caminhos
- 48 Novo marco regulatório para as OSCs

Apresentação

Promover um ambiente cada vez mais favorável para a atuação das OSCs no Brasil, incidindo no debate social e midiático sobre as organizações e esclarecendo a população sobre o papel fundamental das entidades para a organização social, o controle das políticas públicas e o fortalecimento da democracia brasileira: esta é a missão do Observatório da Sociedade Civil.

Projeto desenvolvido pela Abong, com apoio da Fundação Ford, o Observatório nasceu nas discussões da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs e pretende atrair novos parceiros na missão de conectar cada vez mais ONGs à população que elas procuram defender. Dar visibilidade aos direitos conquistados, às tecnologias sociais desenvolvidas e debater os desafios para manter essas atividades é mostrar às pessoas as ligações que já existem entre suas vidas e a ação das OSCs.

A presente reportagem sobre os diferentes modelos de financiamento das entidades é uma tentativa de colocar mais um tijolo nessa ponte. Esperamos que ela ajude a lançar luzes sobre um dos pontos mais polêmicos – e distorcidos – no debate sobre as organizações, qualificando o debate e aproximando a população das organizações.

Boa leitura!

Quebrando mitos

Quando as Organizações Não-Governamentais entram na pauta de qualquer conversa na sociedade brasileira, seja no almoço de domingo ou num debate na televisão, uma pergunta sempre vem à tona: de onde vem o dinheiro? A dúvida ganha ares de acusação quando o tema chega aos repasses de recursos públicos, vistos pelo senso comum como a única (e suspeita) forma de financiamento das ONGs. Mas será essa a realidade das organizações da sociedade civil brasileiras?

Pesquisas acadêmicas sobre o tema não indicam que essas afirmações tenham consistência. “Existem cerca de 300 mil entidades sem fins lucrativos segundo a pesquisa Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), realizada pelo IBGE. Destas, 10 mil receberam recursos por meio de convênios com o governo federal, uma fatia bem pequena. Por aí se pode saber que não é do poder público que vem a maior parte dos recursos das ONGs”, explica Felix G. Lopes, pesquisador do IPEA e autor do estudo “As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)”.

De acordo com a pesquisa, o governo federal dispendeu quase R\$ 190 bilhões entre 2003 e 2011 em convênios com outros níveis de governo e com entidades sem fins lucrativos. Estas receberam perto de 15% do total de transferências, num valor de R\$ 29 bilhões em mais de 36 mil convênios. “Em termos orçamentários, a fatia destinada pelo governo federal para entidades sem fins lucrativos – categoria que inclui, além de ONGs, sindicatos, hospitais filantrópicos, fundações e institutos de pesquisa, centros culturais etc. – sempre foi muito pequena, não chega a 0,5% do orçamento”, completa. Se levarmos em conta apenas os convênios que a pesquisa do IPEA coloca na categoria de “desenvolvimento e defesa de direitos” – a que mais se aproxima de descrever

De onde vem o dinheiro?

a atuação das ONGs – o volume fica ainda menor: foram 4,3 mil convênios celebrados, totalizando R\$ 4 bilhões, ou 2,1% do volume total de convênios no período.

Mas se não vivem de recursos federais, de onde vem o dinheiro que financia as atividades das ONGs? “É uma questão muito difícil de ser respondida no Brasil, não pela complexidade do dado, mas pela dificuldade de acesso a ele. Uma parte grande dos dados está resguardada por lei na Receita Federal, sob sigilo fiscal”, explica Lopes. Essa barreira impede saber com certeza a importância das demais fontes de recursos das ONGs, como financiamentos internacionais, apoio de empresas e fundações privadas, doações individuais e mesmo recursos das esferas estadual e municipal de governo. Dessa forma, fica claro que qualquer declaração definitiva a respeito do tema é precipitada.

Uma das pistas mais consistentes vem da pesquisa TIC - Orga-

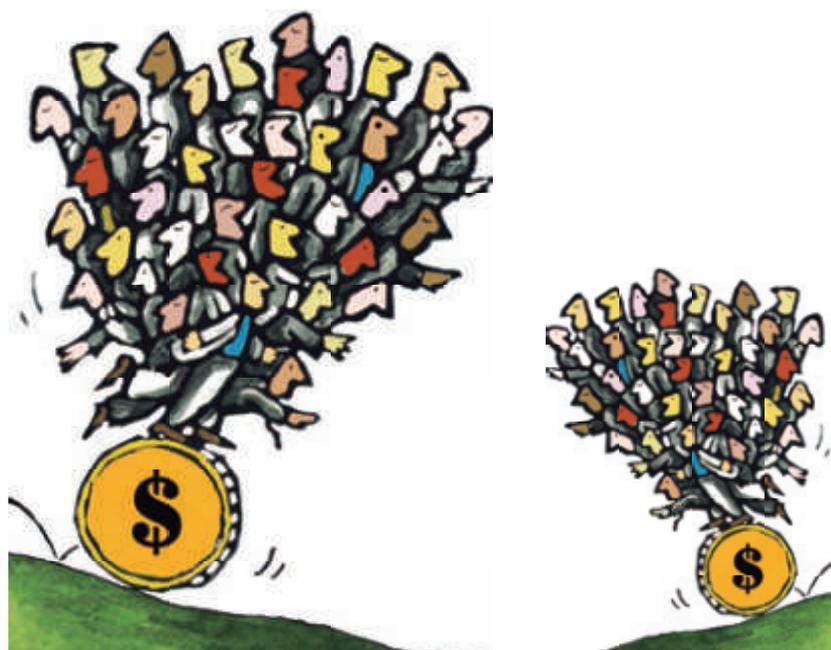
nizações Sem Fins Lucrativos, realizada pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC, ligado ao Conselho Gestor da Internet). Divulgado pela primeira vez em 2013 com dados referentes ao ano anterior, o estudo ouviu 3.546 organizações de todo o país, incluindo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades filantrópicas e outras, para estudar seus hábitos e estratégias de uso de tecnologias da informação. Mas, ainda que não fosse seu objetivo principal, o estudo reuniu dados interessantes sobre financiamento. Segundo ele, 26% das entidades ouvidas declararam que sua principal fonte de recursos são mensalidades e anuidades pagas por associados; e outros 24% afirmam ser doações voluntárias. As entidades que declararam ter nas três esferas de governo seus principais apoiadores somam 24% do total. Considerada apenas a categoria Desenvolvimento e Defesa de Direitos, a mais próxima do campo, o peso do Estado aumenta, mas continua não sendo majoritário: 26% afirmam ter as mensalidades como principal fonte, 15% doações voluntárias, 13% citam governos municipais, 12% governos estaduais e 10% o governo federal. Outras fontes citadas foram venda de produtos e serviços e doações de instituições religiosas, empresas e outras organizações sem fins lucrativos.

O estudo reforça a visão de especialistas ao apontar a marca do financiamento das Organizações da Sociedade Civil brasileiras: a diversidade, que também é a principal característica da atuação do setor como ator político e sua maior força como parte da construção da democracia do país. “A participação da sociedade é fundamental, representa uma democratização das políticas públicas. A própria Constituição prevê o fortalecimento das organizações da sociedade civil como um indicador do nível de organização da sociedade e, portanto, da qualidade da democracia. É fundamental que a sociedade se organize, crie instituições que defendam seus interesses e direitos”, explica Anna Peliano, socióloga e estudiosa das organizações da sociedade civil.

Para garantir esse cenário, é fundamental pensar em formatos de financiamento transparentes para as organizações, o que constitui um grande desafio. “Quando se pensa em financiamento, é preciso pensar em como diversificar, como fortalecer, como simplificar e como dar transparência. É um pacote, uma equação complicada”, define Peliano.

Queda dos recursos internacionais modifica organizações

Historicamente, a sociedade civil brasileira estruturou-se durante o processo de redemocratização do país, a partir da luta por direitos políticos e sociais e contra a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Neste período, as OSCs eram fortemente financiadas pela cooperação internacional, em especial por organizações de desenvolvimento e fundações ligadas a partidos da Europa e fundações independentes da América do Norte. Entre as fontes de recursos nacionais, estavam setores progressistas da Igreja Católica e alguns empresários – o governo militar, grande adversário naquele momento, obviamente não repassava recursos.



Um exemplo de entidade nascida neste contexto é a FASE – Solidariedade e Educação, uma das maiores ONGs brasileiras dedicadas à promoção e defesa de direitos, com escritórios em seis estados e atuação em áreas como direitos humanos, agroecologia, direito à cidade e outros. Nascida nos anos 1960, a FASE era inicialmente vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o que lhe garantiu o apoio de muitas agências ligadas às igrejas cristãs ao longo de sua história. Mais tarde, acessou um espectro bastante diversificado de agências europeias e da América do Norte.

A situação, comum a diversas ONGs no período, alterou-se rapidamente nos últimos anos, com a mudança no status do Brasil aos olhos da comunidade internacional. Depois dos avanços sociais e econômicos registrados a partir dos anos 2000, com queda nos índices de pobreza e desigualdade por meio de programas governamentais, o país passou a ser considerado internacionalmente uma “nação de renda média”. Com isso, as agências internacionais de financiamento passaram a redirecionar seus recursos para outros países, abrindo um buraco no financiamento das ONGs brasileiras. A situação se agravou ainda mais em 2008, com a crise econômica mundial, que trouxe recessão e desemprego para a maioria dos países europeus.

Uma prova dessa mudança do papel internacional do país é o volume de recursos recebidos e repassados pelo Brasil nos últimos anos a título de cooperação internacional para o desenvolvimento. Segundo a pesquisa “Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil”, realizada pela Articulação D3 em parceria com o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, no período de cinco anos entre 2005 e 2009, o Brasil recebeu US\$ 1,48 bilhão, enquanto doou US\$ 1,88 bilhão. A mesma inversão aparece nos dados sobre a cooperação técnica multilateral, outro formato de parceria na arena internacional.

A FASE também sentiu a queda dos recursos internacionais, mas esta fonte mantém-se como uma das principais. “Isso torna mais suave a crise atual, mas poderá acarretar uma vulnerabilidade a médio prazo”, avalia Jorge Eduardo Saavedra Durão, assessor da direção da FASE. “O plano de financiamento da ONG hoje resulta de um mix de recursos da chamada cooperação internacional



FASE

A FASE - Solidariedade e Educação tem a missão de contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Para isso, organiza-se em dois programas nacionais (Programa Direito à segurança alimentar, agroecologia e economia solidária e Programa Direito à cidade: cidades justas, democráticas e solidárias); no Núcleo Nacional Justiça Ambiental e Direitos e em seis programas regionais (Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro).

<http://www.fase.org.br/>

para o desenvolvimento (fundos destinados ao financiamento institucional e, majoritariamente, ao financiamento de projetos específicos), recursos públicos através de convênios e contratos para prestação de serviços (por exemplo, de assistência técnica rural) e doações de indivíduos. Em alguns poucos casos ocorreram doações de empresas”, descreve.

Durão vê um cenário difícil para as OSCs no Brasil. “Constatamos uma deterioração das condições de reprodução institucional das ONGs – com um crescente grau de irracionalidade no cotidiano das suas práticas –, relacionada não apenas às mudanças da cooperação internacional, mas, sobretudo, à inexistência de fontes nacionais de financiamento adequadas às necessidades dessas organizações da sociedade civil, em particular pela natureza esdrúxula do marco regulatório dessas organizações no Brasil”, defende.

Se grandes ONGs como a FASE estão apreensivas, entidades pequenas sentiram ainda mais a queda nos recursos internacionais. É o caso da ONG Criola, do Rio de Janeiro, com 21 anos de militância contra a discriminação de gênero e raça. Em seus primeiros oito anos de funcionamento, a Criola financiou-se exclusivamente por meio de uma parceria com a Fundação Heinrich Böll (HBS), ligada ao Partido Verde alemão. “Mas na medida em que fomos aprendendo a captar, fomos diversificando a carteira de projetos para corresponder a outras áreas de interesse que a HBS não financiava”, conta Lúcia Xavier, coordenadora da Criola. “Ampliamos nossa cartela de atuação, quase sempre com fontes internacionais, entidades americanas ou europeias que apoiavam projetos relacionados à mulher e à causa principal que é a luta contra o racismo”, afirma.

Além disso, a entidade também captava em fundos públicos, ainda que em valores menores. O primeiro caso, já na década de 1990, foram parceiras para programas de combate à AIDS. Por volta de 2006, essa fonte aumenta sua participação com projetos com a Secretaria de Política para Mulheres (SPM), o Fundo Palmares e o Fundo Nacional de Saúde.

A virada negativa veio para a Criola em 2010, dois anos após a eclosão da crise internacional. “Desde esse ano captamos muito poucos recursos, estamos quase fechando”, lamenta Lúcia. A principal fonte de financiamento, ainda que com menor volume de recursos, continua vindo de fora do país, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Global para Mulheres.



Uma das saídas vislumbradas pela ONG para a situação foi ampliar as parcerias com o Poder Público, oferecendo serviços de consultoria e formação para profissionais de saúde e educação e construindo material didático. Mas outras barreiras dificultam essa opção. “Para atuar junto ao governo, temos que passar por licitações e outros processos e uma organização como a nossa tem dificuldades de superar os entraves burocráticos destes processos. O grupo que trabalha na ONG tem mais interesses políticos do que administrativos. E quando acaba o financiamento, são as pessoas do administrativo que primeiro vão embora, levando a história administrativa da entidade”, explica Lúcia.

Essa dificuldade exemplifica uma das contradições do atual modelo de relação entre Estado e sociedade civil. Por um lado, a Constituição de 1988 reconheceu demandas das organizações com a criação de uma série de espaços de participação política da população e controle social, como os conselhos de políticas públicas. No entanto, as primeiras discussões sobre o marco regulatório para as OSCs, ocorridas na segunda metade da década de 1990, criaram um modelo de relacionamento que ainda hoje tem consequências: os gestores do Estado passaram a ver as ONGs principal-





CRIOLA

Fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras, a CRIOLA define sua atuação a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. A entidade tem como sua missão instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra.

<http://www.criola.org.br/>

mente como executoras de projetos gestados e definidos dentro do governo. Com isso, atraíram tanto ONGs tradicionalmente ligadas à assistência quanto entidades de advocacy e defesa de direitos, que passaram a pensar projetos em busca de oportunidades de financiamento deixando de lado as atividades em que tinham experiência: desenvolvimento de novas tecnologias sociais, organização comunitária, pesquisa, formação e análise de políticas públicas.

Essa visão criou uma série de problemas principalmente para as organizações de promoção e defesa de direitos. “Nem sempre os projetos apoiam a questão institucional. Nos últimos anos, tem sido difícil encontrar recursos que apoiem a ação política, participação em conselhos. Você capta só para a ação direta. As organizações têm tido dificuldade para bancar sua equipe, que ajuda a produzir pensamento político, tem metodologia desenvolvida, que conformou a organização”, explica Lúcia. “Passamos praticamente três anos no Conselho Nacional de Saúde como representantes de uma articulação da sociedade civil, mas era voluntário. Aí para pagar essa pessoa, ela assume a coordenação de um projeto, mas com a agenda política ela não dá conta. O fim dos recursos internacionais piorou muito a possibilidade de equilibrar todo esse processo”, afirma.



Promoção de direitos ou prestação de serviços?

Em Recife, outra entidade enfrentou mudanças drásticas em seu financiamento nos últimos anos, mas por diversos motivos teve mais sucesso em sua relação com o Estado. Desde 1993, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá promove a agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. De início, sua principal fonte de financiamento era a cooperação internacional, responsável por 100% dos recursos do Centro até o ano 2000. Nesse ano, o Sabiá começou a acessar recursos públicos, encarando os desafios de gestão que essa opção representa.

“Hoje, o quadro mudou completamente. De 75% a 80% dos nossos recursos vêm do Estado, por meio de parcerias de várias naturezas: com empresas públicas, editais públicos para projetos ou convênios da ONG com algum órgão de governo”, explica Alexandre Henrique Pires, coordenador geral da entidade. “Com isso veio também um volume de trabalho muito grande internamente, porque a gestão do recurso público requer outras dinâmicas, uma burocracia enorme tanto do ponto de vista administrativo-financeiro quanto da comprovação do uso de recurso, da atividade fim. E por outro lado, continua não existindo condição para a contratação de pessoas na instituição para dar conta desse aumento de volume de trabalho”, explica. O problema novamente vem do modelo de contrato, que não enxerga a necessidade de desenvolvimento institucional das organizações.

“É importante frisar que não estamos sendo contra o processo de fiscalização e gestão transparente do recurso público. Estamos questionando é que essa gestão requer um trabalho e uma mão



CENTRO SABIÁ

Com sede no Recife, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá foi fundado em 1993 e trabalha para a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia, desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Tem como missão “plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania”.

<http://centrosabia.org.br/>

de obra das ONGs que o próprio recurso público não financia”, explica Alexandre. “Então, entendendo que somos organizações sociais de defesa de direitos, o que a gente tem de ‘mais valia’ do nosso trabalho é nossa experiência, nossa causa, nossa trajetória, o público com que trabalhamos. Não temos recursos que nos autofinanciam. Precisamos do apoio público para fazer com mais qualidade o uso dos recursos públicos”, defende.

Alexandre explica que o campo político das organizações que atuam no meio rural conquistou diversos avanços na relação com o Estado durante os governos Lula e Dilma (de 2003 até hoje). Entre eles estão a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – instituída como lei em 2010, mas que orienta as ações do governo para a área desde 2003 –, a Lei da Agricultura Familiar, de 2007, que estabelece parâmetros de financiamento; e, mais recentemente, a Política Nacional de Agroecologia, de 2012.

Dentro dos marcos da ATER e da Política de Agroecologia, as organizações passam a contar com uma nova forma de financiamento: contratos de prestação de serviços feitos por meio de chamadas públicas. Nesse formato, o governo contrata a entidade para realizar um determinado serviço de capacitação, treinamento ou consultoria para comunidades rurais, por exemplo.

“Do ponto de vista da gestão administrativo-financeiro, é uma forma mais positiva que os convênios. A gente faz uma ação para depois receber os recursos”, explica Alexandre. “Como é um formato jurídico de prestação de serviços, o que o Estado quer é que os objetivos daquele edital sejam atingidos. A gente presta conta com listas de presença, relatórios, resultados de tantas famílias que acessaram a política pública, que foram capacitadas. Emitimos nota fiscal de serviço dizendo que foram realizados tantos cursos, tantas capacitações, intercâmbios, implantadas feiras agroecológicas”, conta.

O formato dá mais autonomia para as entidades sobre o uso do recurso, permitindo um maior aproveitamento para o desenvolvimento institucional e o investimento em atividades-meio fundamentais. “O Estado repassa o recurso, mas não está carimbado para onde ele deve ir. Com ele, pagamos o salário das pessoas, o que garante que a instituição aconteça”, afirma.

O modelo, no entanto, também apresenta suas limitações. A



principal delas é não haver antecipação de recursos para o início das atividades do edital. Ou seja, como no contrato com uma empresa, o Estado espera que a ONG utilize recursos próprios para realizar o trabalho, pagando apenas no final. “É um problema enorme. Somos uma organização social de defesa de direitos, não temos capital de giro, quem tem é empresa”, explica Alexandre.

No caso do Sabiá, o problema foi solucionado com a criação de um fundo próprio, que começou a ser formado há 15 anos pela entidade com parte dos recursos arrecadados com contratos de prestação de serviço. No entanto, para organizações menores, o modelo pode ser muito arriscado, se não inviável. “Conheço uma situação em que uma organização pegou dinheiro emprestado para dar conta do início do trabalho. O governo demorou seis meses para pagar e foi uma loucura. Você tem garantia de que vai receber, mas não de quando”, conta Alexandre.

Outra crítica da entidade é sobre a visão do governo a respeito do papel político e social das entidades na organização e luta pelos direitos das populações atendidas. “O governo entende isso como mera prestação de serviços e não entende que as organizações têm um papel que vai além disso, tanto no conjunto dessas políticas quanto para a garantia de direitos dos agricultores. O formato mudou, mas o Estado não nos reconhece como sujeitos da própria política”, lamenta.

Um exemplo positivo, na visão de Alexandre, aconteceu no programa de cisternas desenvolvido pela Articulação Semiárido (ASA), rede da qual o Sabiá faz parte. Ainda em 2005, o governo reconheceu o programa como uma política pública, o que permitiu a alocação de recursos do orçamento federal para essa finalidade. “O fato de ter recursos foi importante, mas sobretudo consideramos uma vitória que o Estado tenha reconhecido que essa tecnologia garante o direito dessa população de ter acesso a água. A partir do momento em que o Estado reconhece como política pública e garante recurso a isso, está também reconhecendo o direito da população do semiárido de ter acesso a água”, avalia.

Descentralização das políticas públicas muda relações com o Estado

P rincipal foco da cobertura da mídia sobre os repasses de recursos públicos para organizações da sociedade civil, o governo federal não é mais o principal ator neste debate. Graças à tendência de descentralização das políticas públicas, têm crescido de forma consistente as atribuições de governos estaduais e municipais na execução de políticas públicas. Com isso, cresce também o número de parcerias destas esferas de governo com ONGs. “Se olharmos a série dos últimos dez anos, veremos que o repasse do governo federal se manteve estável ou declinou. Mas no nível estadual e municipal, o crescimento é constante e expressivo. A transferência do Estado brasileiro para as organi-

Taxas de crescimento dos orçamentos públicos e das transferências para ESFL (2002 a 2010)¹



Taxas de crescimento dos orçamentos públicos e das transferências para ESFL (2002 a 2010)¹



Taxas de crescimento dos orçamentos públicos e das transferências para ESFL (2002 a 2010)¹



Fontes: Orçamento Brasil e Siga Brasil. Elaboração dos autores. Nota: ¹Ano de referência (0%): 2002. Para estados e municípios os valores são empenhados. Para a União, são valores liquidados.

Obs.: **1.** Valores liquidados e deflacionados pelo IPCA. **2.** O orçamento liquidado anual sem despesas financeiras foi calculado utilizando os GNDs 1 (Pessoal e encargos sociais), 3 (Outras despesas correntes) e 4 (Investimentos), ou seja, desconsiderando inversões financeiras e despesas com a dívida pública. **3.** Para instituições sem fins lucrativos, foram consideradas as transferências feitas pela modalidade 50.

zações cresceu, aumentou o volume de recursos, mas no nível subnacional”, explica Felix, do IPEA.

Segundo estudo do IPEA (veja gráficos), ainda que mantenham tendência de crescimento, os repasses do governo federal para enti-

dades sem fins lucrativos (ESFL) aumentaram em ritmo mais baixo que o orçamento. Entre 2002 e 2010, o valor real do orçamento global – que exclui despesas financeiras – aumentou mais de 80%, enquanto a parcela do orçamento destinada às entidades cresceu 45%.

Por outro lado, as transferências efetuadas nas esferas estadual e municipal cresceram de forma mais acelerada do que no plano federal, aumentando acima do crescimento do orçamento. Nos governos estaduais, as transferências tiveram aumento de 131% entre 2002 e 2010, acima dos 69% de crescimento dos orçamentos. Nos municípios a curva foi ainda mais acentuada, com um crescimento de 311% nos repasses frente a 77% de aumento nos orçamentos.

A parceria com a esfera municipal de governo marca o modo de atuação da União de Núcleos e Associações de Heliópolis (UNAS), que há 30 anos mobiliza e oferece serviços básicos para a população da maior favela da capital paulista. A principal forma de financiamento da UNAS são convênios com a prefeitura de São Paulo, que correspondem a cerca de 80% dos recursos da entidade. Eles financiam 12 Centros para a Criança e o Adolescente (CCA), que oferecem atividades socioculturais e esportivas no contraturno da escola para um público com idade entre 6 e 14 anos, e 13 Centros de Educação Infantil (CEI), que atendem crianças de seis meses a três anos de idade.

“Trabalhar com o município não é uma opção, é consequência da municipalização das políticas. São as necessidades da comunidade que nos fazem conveniar com a prefeitura”, explica Jairo Araldi, diretor de projetos da UNAS. A primeira preocupação foi oferecer creches para as crianças da comunidade. “Esse é um atendimento que sempre foi municipalizado, o que é um grande risco para nós. Estamos atrelados a essa composição do governo municipal. É verdade que hoje é difícil um prefeito tirar os CEIs, já são uma política de Estado, seria muito barulho da população. Mas se entrar um governo radical, é um risco”, diz Jairo.

A UNAS também oferece atendimento jurídico por meio de uma parceria com o governo estadual, promove atividades de fomento à economia solidária por meio de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e organiza grupos de mulheres financiados pela Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM). A entidade possui ainda uma rádio comunitária, tocada quase que exclusivamente com trabalho de voluntários, e que recebe recursos do Ministério da Cultura para equipamentos por meio do programa Pontos de Cultu-



UNAS

Nascida no final dos anos 1970, a União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco trabalha na organização dos moradores da região e também para a melhoria da qualidade de vida local. Sua diretoria é eleita pelos próprios moradores, buscando projetos e melhorias com mais qualidade e quantidade nas ações de representação e pressão popular, influenciando decisivamente nas questões relativas a políticas públicas.

<http://www.unas.org.br>

ra. Desenvolve ainda parcerias com a iniciativa privada, como uma parceira com a Ambev no programa “Jovens Alconscientes”, para a prevenção do uso do álcool entre adolescentes.

Hoje, a UNAS atende 7 mil pessoas diretamente no conjunto de serviços que oferece. Seu orçamento em 2013 foi de cerca de R\$ 18 milhões, financiando 36 projetos ativos, o que representa um crescimento em relação aos R\$ 13,6 milhões de 2012, quando foram atendidos 5,2 mil beneficiários diretos.

O modelo de financiamento via convênios repete os problemas para garantir as atividades internas da entidade, como administração, contabilidade, atendimento ao público etc. “Com o convênio você estrutura tudo para o atendimento, mas não pode pensar nada para a organização”, conta Jairo.

Uma parceria com a Action Aid Brasil garante hoje parte dos recursos para o desenvolvimento institucional, complementados com doações e eventos realizados pela UNAS para arrecadar. “Hoje quase não existe doação direta de empresas. Elas querem uma renúncia fiscal e mesmo quando oferecemos isso, porque somos entidade de utilidade pública federal, as empresas preferem atrelar seu nome a um projeto”, conta Jairo.

Novamente, a parte mais penalizada é a atuação política da entidade, de organização da comunidade e controle social das políticas públicas, herança de suas origens nos movimentos de base pela moradia digna em Heliópolis. “Hoje, 95% do quadro de funcionários é de moradores da comunidade. A gente trabalha pela militância mesmo. Mas não conseguimos ter alguém liberado para trabalhar essa parte de articulação. O orçamento da entidade teria que prever isso, mas ainda não conseguimos chegar num modelo”, lamenta Jairo. “Estamos precisando muito que a coordenadora do grupo de mulheres vá para Brasília, mas se não tem alguma entidade cobrindo a viagem, não tem como. Ela milita no sábado e domingo em São Paulo, mas não tem como viajar”, exemplifica.

A preocupação com o financiamento da entidade é constante e gerou uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas para desenvolver modelos de sustentabilidade. “Nossa biblioteca comunitária, por exemplo, é hoje financiada pela Fundação Carlos Chagas. Se ela decidir que não estamos mais juntos, corre o risco da biblioteca fechar. E você tem ideia do que isso significaria numa região em que a biblioteca mais próxima está a quase 5 quilômetros?”, questiona Jairo.



Empresas brasileiras preferem projetos próprios

Também com forte atuação na educação infantil, o Instituto Avisa Lá, de São Paulo, começou mais recentemente a direcionar esforços para as parcerias com governos municipais. Criada há 27 anos, a ONG tem como missão a qualificação da prática pedagógica das redes públicas de Educação Infantil e, desde 2002, Fundamental. O principal meio para atingir esse fim são programas de formação continuada que alcançaram até hoje perto de 200 municípios brasileiros, além de atividades de incidência na formulação das políticas educacionais.

Desde o início das atividades, em 1986, o instituto tem como principal forma de financiamento as parcerias com empresas e institutos empresariais. “Nunca tivemos como opção fundamental esse financiamento. Sempre nos colocamos como missão trabalhar com escola pública. Começamos aqui no estado de São Paulo com as creches conveniadas, que até hoje não têm programas de formação”, explica Cisele Ortiz, coordenadora adjunta da ONG. “Quando começamos, tivemos uma bolsa de dois anos da Ashoka [instituição internacional que apoia projetos e organizações] para desenvolver a ideia do projeto: melhorar a qualidade da escola dando cursos para os professores. Foi uma parceria importante, que permitiu estruturar a ONG”, conta Cisele.

Em 1994, a ONG foi procurada pelo Instituto C&A para desenvolver um programa de formação para a Co-

operapic, associação de entidades ligadas à educação infantil com forte atuação na Zona Sul da capital paulista. “Fizemos isso durante dez anos, o que possibilitou que consolidássemos a metodologia”, conta Cisele. Com isso, outras empresas procuraram a entidade, firmando parcerias semelhantes para formação de professores. “As empresas nos procuram para dar cursos nas cidades onde têm interesse comercial”, explica.

Esse modelo de financiamento baseado praticamente em uma única fonte trouxe problemas com a crise econômica internacional iniciada em 2008. Durante os três anos seguintes, muitas empresas retiraram seus investimentos sociais, cortando os recursos da ONG. A entidade sobreviveu por conta de um fundo próprio construído ao longo do tempo com uma parcela dos contratos firmados – uma maleabilidade que não é permitida em convênios governamentais e mesmo em muitos editais privados. “Cada projeto tem uma taxa de administração. Nós temos um fundo de Desenvolvimento Institucional, uma porcentagem que a gente guarda dos projetos. Se acontece alguma coisa, a gente pode manter o escritório, o salário das pessoas contratadas”, explica Cisele.

A situação se manteve assim até 2011. Nesse período, o Instituto encontrou uma opção em convênios com prefeituras, sempre para a formação de professores. Hoje, com o retorno das parcerias com empresas, as duas formas de atuação se mantêm, diversificando as fontes de recursos. Para Cisele, este é o desafio das ONGs para garantir sua sustentabilidade financeira. “Não pode jogar todas as fichas num só financiador. Tem que buscar editais, licitações, diversos meios”, afirma.

Nesse sentido, o Instituto Avisa Lá analisa a possibilidade de firmar parcerias com universidades federais, para poder realizar projetos de formação de professores com recursos do Ministério da Educação. “Também podemos fazer convênios com outros ministérios, como o do Trabalho, para formação profissional. Estamos estudando possibilidades”, explica Cisele.

A maior maleabilidade para realocação de recursos permitida pela prestação de serviços facilita também as ações políticas da ONG. “Participamos da Rede Nacional Primeira Infância, do grupo de trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo e do Movimento Todos pela Educação. Agora estamos acompanhando uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Tem que ter braço



AVISA LÁ

O Instituto Avisa lá vem desde 1986 contribuindo para qualificar a prática pedagógica das redes públicas de Educação Infantil. A partir de 2002 passou atuar também no Ensino Fundamental (séries iniciais) nas áreas de leitura, escrita e matemática. São exemplos dessa contribuição os diferentes programas de formação continuada que atingiram até o presente momento por volta de 200 municípios de diferentes estados brasileiros.

<http://www.avisala.org.br/>

político, não basta fazer só formação, mas também é preciso lutar para criar melhores condições para todos”, explica.

Estas atividades não possuem um financiamento específico, mas são bancadas pela soma dos recursos conseguidos pela ONG com as parcerias de formação. “No GT de Educação da Nossa São Paulo, somos o único grupo que tem uma secretaria-executiva para isso. Duas pessoas acompanham tudo, organizam os encontros. Se depender só do trabalho voluntário das próprias ONGs, a coisa não caminha. Não é nossa prioridade no cotidiano e, se tem uma emergência nas atividades principais, essa parte acaba ficando meio de lado”, explica.

Essa é uma das limitações do modelo de financiamento por projetos, o mais comumente oferecido por financiadores seja do Poder Público quanto do setor privado. “É tudo muito focado em usar o recurso para o projeto, não para o desenvolvimento da ONG. A gente tem uma equipe fixa, celetista. Tem pessoa só para cuidar de documentação, que toda hora está vencendo. Mas os formadores são todos contratados por projeto. No final do ano fica todo mundo com a espada na cabeça, sem saber se vai ter trabalho ou não no próximo período”, lamenta Cisele. “Uma alternativa que criamos é dar cursos livres a distancia. O formador pode dar um desses cursos e mantém a ligação com o instituto”, conta.

O foco na contratação via projetos é uma das muitas características do modelo de filantropia empresarial construído no Brasil. Na verdade, a maioria dos esforços dos institutos e setores de responsabilidade social das empresas é focada na gestão de projetos próprios. É o que mostram dados do Censo do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas). Segundo a pesquisa, os membros da rede investiram R\$ 2,3 bilhões em 2012. Deste total, cerca de 30% vai para outras organizações, sendo o restante gasto em projetos próprios. Segundo André Degenszajn, secretário-geral do GIFE, esta característica dos institutos brasileiros é bastante diferente de outros países. “Nos EUA, por exemplo, elas basicamente fazem doações para a sociedade civil, raramente operam. Apenas 10% são o que eles chamam de fundações executoras”, afirma.

Para André, três fatores fundamentais contribuem para esse cenário. Primeiro, há entre os empresários uma baixa confiança na capacidade das OSCs de realizarem suas missões. “Há uma visão de que as OSCs são pouco eficientes, pouco transparentes, têm

**“Não basta
fazer só
formação,
mas também
é preciso lutar
para criar
melhores
condições
para todos”**

baixa capacidade de gestão, baixa legitimidade. É um conjunto de fatores que diz respeito à visão que se tem das ONGs como organizações que promovem ações voltadas ao interesse público. É uma questão de confiança não só no sentido de que pode haver desvio de recursos, mas também da capacidade de realizar as ações a que se propõem”, afirma.

Outro elemento é a tendência entre os institutos empresariais de alinhar os investimentos sociais aos negócios da empresa mantenedora. Dessa forma, uma indústria que instala uma planta em uma cidade prefere concentrar seus gastos sociais naquela comunidade, como uma forma de fomentar boas relações e uma imagem positiva. “Uma empresa não existe para fazer investimento social, mas para gerar riqueza, remunerar os acionistas. Então como o instituto justifica esse investimento para a empresa mantenedora? Com a construção de reputação e imagem, por exemplo. Ao desenvolver ações para desenvolvimento social, a empresa melhora sua imagem na sociedade e isso se reverte para seu valor”, explica André. Para atingir estes fins, as empresas consideram mais fácil desenvolver projetos próprios do que buscar parceiros em ONGs já existentes.

O terceiro fator que afasta empresários das doações é a necessidade dos institutos empresariais de justificar o investimento para suas empresas mantenedoras, o que é feito por meio de avaliações



e mensuração dos resultados do investimento social. “Os institutos avaliam ser mais fácil avaliar o impacto de projetos próprios. Se elabora o próprio projeto, tem mais facilidade potencialmente para acompanhar”, avalia André.

Talvez por um raciocínio semelhante, mesmo em relação aos recursos que são repassados a outras organizações, a maioria das empresas adota o modelo de financiar projetos, impondo controles e dificultando o desenvolvimento institucional das ONGs. “Existe uma demanda por gestão, capacidade institucional, mensuração, mas financia apenas projetos. Tem aí um descompasso claro”, avalia o secretário-geral do GIFE. “Além disso, é mais difícil as fundações financiarem ações numa perspectiva mais de empoderamento e de criação de direitos, como controle social ou advocacy, do que financiar ações com impacto direto no beneficiário. O compromisso e a visão do papel dessas instituições de financiar as OSCs não é um elemento estratégico, mas pontual, de apoiar uma iniciativa”, explica.

Para André, essa situação não está descolada de uma ausência de valorização do papel das ONGs na sociedade brasileira, que vai desde a criminalização até o baixo reconhecimento de seu papel social seja pela imprensa, população ou empresas. “As ONGs estão com poucas bases de sustentação política. Isso está articulado, não são coisas dissociadas. A crise financeira não será superada sem superar essa crise política”, avalia André.

Ele vê uma saída interessante na busca por doações individuais, que tem avançado no país. “É um modelo que contribui tanto em termos de sustentabilidade financeira como para a criação de uma base de apoio. Uma organização que recebe R\$ 1 milhão em doações de R\$ 1 de pessoas físicas, além dos recursos, tem um milhão de pessoas que a apoiam. É diferente de uma organização que recebe R\$ 1 milhão de uma fundação internacional. A criação de uma base de apoiadores contribui de forma relevante para essa sustentação política”, argumenta.

Doação individual traz recursos e apoio

Esta visão tem se tornado cada vez mais presente nas discussões sobre novas possibilidades de financiamento das ONGs brasileiras. Pouco utilizada no Brasil, a opção é de grande importância nos países desenvolvidos como forma de sustentar uma sociedade civil forte e independente.

Um exemplo do potencial das doações individuais é o Greenpeace. Pioneira na prática, a organização sobrevive em todo o mundo apenas de recursos arrecadados com pessoas físicas, sem financiamentos de empresas, governos ou órgãos multilaterais. “Em alguns casos recebemos de fundações ou entidades que tenham valores e objetivos semelhantes aos nossos e cuja origem do recurso seja bem clara. Não posso receber de uma fundação ligada ao petróleo, por exemplo. Vai contra nossos objetivos e os embates que temos com algumas empresas”, explica André Bogsan, diretor de captação de recursos e marketing no Greenpeace Brasil.

A operação brasileira da organização é financiada, além da arrecadação com pessoas físicas, por meio do apoio de um grupo de escritórios do Greenpeace de países como Alemanha, Holanda e outros, que dispõem de recursos para investir no país. A proporção dos recursos internacionais vem diminuindo com o avanço do trabalho de captação junto à população brasileira. “Hoje a captação está mais ou menos equilibrada: em torno de 60% dos recursos vêm de fora e



GREENPEACE

Presente em 43 países, a organização tem como missão proteger o meio ambiente, promover a paz e inspirar mudanças de atitudes que garantam um futuro mais verde e limpo para esta e para as futuras gerações. Atua sobre problemas ambientais que desafiam o mundo atual, incluindo campanhas sobre: mudanças climáticas, proteção às florestas, oceanos, agricultura sustentável, poluição e energia nuclear. No Brasil, as principais frentes de trabalho são a proteção à Amazônia e a campanha de Clima e Energia.

<http://www.greenpeace.org/brasil/>

o cenário tende a se inverter. Ainda não somos autossuficientes, mas estamos buscando diversificar a forma de captação num país mais empoderado, com mais dinheiro”, afirma Bogsan.

A base de doadores é heterogênea. “Tem gente de tudo quanto é cor e credo. Estamos muito presentes nas classes C e D, que enxergam no Greenpeace uma alternativa de expressar uma revolta”, analisa o diretor. O valor médio da doação está na faixa de R\$ 32 a R\$ 35 reais por mês e tem aumentado juntamente com o poder de compra da população.

Mas a constância das doações ainda é um problema para a entidade. “Qualquer dor de barriga elas cancelam, eu não tenho uma consistência de pagamentos. Dificilmente essa pessoa que doa esse montante vai pagar os 12 meses sem falhar”, explica Bogsan. “Temos um problema de retenção muito alto. As pessoas deixam de pagar, os bancos e sistemas de cobrança falham. Tem melhorado, mas ainda tem muito para fazer”, diz.

A captação do Greenpeace Brasil pode ser dividida em cinco blocos. Primeiro e mais importante é o canal de rua, no qual cinco equipes de dez funcionários abordam as pessoas em pontos estratégicos. “São eles que realmente fazem filiação na rua. São pessoas com perfil arrojado, trabalham seis horas por dia, com metas. Hoje estamos inovando com o uso de tablets. Eles fazem tudo on-line, aceitam cartão de crédito, recebem a doação de imediato. Esse é o carro chefe do trabalho”, explica Bogsan. Segundo ele, a operação hoje é concentrada em São Paulo, com viagens eventuais para outras cidades para acompanhar eventos específicos. A intenção é futuramente expandir para outros locais, o que ainda não foi feito por limitações logísticas.

A utilização de equipe própria para a captação de rua é uma característica única do Greenpeace Brasil. Outras entidades que fazem trabalho semelhante, como Médico Sem Fronteiras, Unicef e Fundação Abrinq, contratam agências internacionais especializadas em captação.

Outro caminho para chegar a estes potenciais doadores é o telefone. “Eu tenho acesso aos dados de muita gente que assina as petições que criamos – pelo desmatamento zero ou pela libertação dos ativistas presos na Rússia, por exemplo. Usamos estes dados para chegar às pessoas”, explica Bogsan. São três equipes de telemarketing responsáveis por contatar estas pessoas, que já estão informa-



das a respeito das causas defendidas pelo Greenpeace e mostraram simpatia pela organização.

A última porta de entrada é o site da entidade, no qual os usuários são direcionadas para uma página específica de doações. A partir destes contatos, uma parte dos doadores torna-se regular, passando a contribuir mensalmente.

Outros canais também devem ser desenvolvidos no futuro, como a chamada Direct Response TV (DRTV): anúncios televisivos sobre a atuação da ONG divulgando um número de telefone 0800 para doações. “Vamos tentar fazer um teste em 2014, pois requer investimento. Você tem que estar bem planejado, pensamos muito antes de dar o passo para frente”, afirma.

O investimento é um dos limitadores apontado por outras entidades para esse tipo de captação. “Tenho programas que o pay-back é de até dois anos. Tem que ter um volume significativo e a engrenagem tem que estar funcionando. É um trem com vários vagões e todos têm que estar andando”, resume Bogsan. “Se quer ser organização de R\$ 10 milhões, tem que investir R\$ 3 milhões. Se quer ser organização de R\$ 100 mil, tem que investir R\$ 30 mil. O investimento é da ordem de 30%”.

A alternativa das doações individuais é estudada por muitas entidades brasileiras. No Centro Sabiá, Alexandre considera importante fazer com que as pessoas acreditem na causa defendida pela entidade. “Para isso, precisamos ter linguagem muito próxima do que as pessoas entendem. Por exemplo, falar da qualidade do alimento do urbano é extremamente engajador das pessoas da cidade, elas estão preocupadas com a saúde, podem aderir a essa causa da necessidade de alimento saudável. Temos feito alguns exercícios em Recife, convidando pessoas para conversar sobre o tema e o impacto tem sido positivo. Mas ainda não captamos, foi uma forma de aproximação”, conta.

Alexandre acha fundamental separar os beneficiários da causa do bojo de possíveis doadores. “Não podemos confundir doação de pessoas que abraçam nossas causas com doações do público alvo da nossa ação. O público atendido pelas organizações de defesa de direitos está em situação de vulnerabilidade e não tem que fazer doação para garantir que seu direito seja efetivado”, defende.

Para Lúcia Xavier, da ONG Criola, captação individual é muito difícil no Brasil, especialmente para as entidades que têm na in-

“Se quer ser organização de R\$ 10 milhões, tem que investir R\$ 3 milhões. Se quer ser organização de R\$ 100 mil, tem que investir R\$ 30 mil. O investimento é da ordem de 30%”

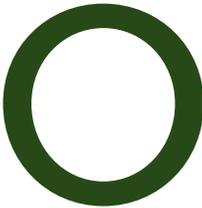
cidência nos debates políticos para defesa e promoção de direitos sua razão de ser. “No Brasil não temos essa cultura, só doamos para ações assistenciais. Na verdade, a gente tem vergonha de dizer que faz política. A sociedade civil nunca incentivou esse tipo de engajamento. Nunca fomos capazes de fazer isso colado a política, só para ajuda assistencial. Acho que falta um trabalho mais sistemático, mas a verdade é que todas as vezes que tentamos foi muito difícil”, lamenta.

Para ela, há uma questão ideológica na visão do público que dificulta a conexão com causas políticas. “Não chegamos ao ponto de dizer que nossa tarefa é criticar a ação política de qualquer governante ou organização que impeça os direitos humanos, que seja racista, homofóbica. E do ponto de vista da sociedade, ela não sente isso como um valor. Não acha que seus direitos foram trabalhados coletivamente antes de serem conquistados”, afirma. “Se a comunidade negra sentisse de fato que a conquista das cotas foi de um movimento negro que passou anos lutando por isso, o movimento seria o mais rico que tem. Tem um público que acha que essas coisas são naturais, não dependem da ação de um grupo da sociedade, nasce igual capim”, lamenta Lúcia.

Pesquisas internacionais dão razão à cautela das ONGs brasileiras. É o caso do World Giving Index, espécie de “ranking da solidariedade” de iniciativa da organização inglesa Charities Aid Foundation (CAF) e do Instituto Gallup. O Brasil caiu oito posições na versão 2013 em relação ao ano anterior e ocupa agora o 91º lugar entre 135 países da lista.

Segundo a pesquisa, divulgada no país pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), 42% dos entrevistados brasileiros disseram ter ajudado um estranho no mês anterior (90ª posição nesse quesito), 23% afirmaram ter doado dinheiro a instituições (72ª posição) e 13% realizaram trabalho voluntário (90ª). A visão se torna mais otimista quando o ranking é organizado por números absolutos: as estimativas do instituto colocam o Brasil entre os dez primeiros em todos os comportamentos. São 63 milhões que ajudaram estranhos (quinto maior contingente do mundo), 34 milhões que doaram dinheiro (oitavo maior) e 19 milhões de voluntários (nono).

Sociedade civil brasileira em busca de novos caminhos

 diretor-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos Sérgio Haddad também avalia que há um longo caminho para a construção de uma cultura de doações que envolve as organizações de defesa de direitos, que até então não se apresentavam como alternativa de doação. “Isso vem com o tempo e com exemplos, experimentos mostrando que pode ser feito. A Action Aid começou há pouco tempo e já tem 10 mil doadores. Se promoverem esse fato podem mostrar que a sociedade brasileira já vem doando, que tem possibilidade”, avalia.

O Fundo Brasil é ele mesmo uma tentativa de propor novas formas de financiamento. Criada em dezembro de 2005, a fundação pretende contribuir para a promoção dos direitos humanos, criando “mecanismos sustentáveis de doação de recursos voltados para a promoção e a proteção dos direitos civis, econômicos, sociais, ambientais e culturais”, segundo o site do projeto. Sua forma de atuação tem dois objetivos: primeiro, criar modelos de financiamento para pequenos projetos, favorecendo organizações de base que não teriam acesso a editais governamentais ou de empresas; segundo, experimentar e desenvolver modelos de captação de recurso que garantam a sustentabilidade da sociedade civil.

O Fundo trabalha com duas linhas básicas de financiamento de projetos para violência institucional e discriminação de raça e gênero. Em oito anos de existência, doou



FUNDO BRASIL

O Fundo Brasil de Direitos Humanos visa contribuir para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Com uma proposta inovadora, pretende impulsionar atividades de pessoas e pequenas organizações voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos no país, criando mecanismos sustentáveis de doação de recursos. Tem o compromisso de fortalecer especialmente aqueles que possam fazer a diferença e colocar em prática propostas criativas e de grande impacto local na luta contra a discriminação.

<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/>

em torno de R\$ 5 milhões, sempre por meio de editais com seleção pública. Os financiamentos são de R\$ 25 mil por ano em média. “É uma fonte de financiamento do ativismo de base. Não é recurso para manutenção institucional, até porque é muito pouco, mas para fazer esse tipo de atividade de lobby, gestão de campanha”, explica Sérgio Haddad.

Entre as vantagens do modelo, está uma maior flexibilidade tanto na apresentação de projetos quanto na prestação de contas. “Nossa forma de operar é mais livre, porque a gente capta o recurso e faz a doação. Fazemos inclusive para entidades sem figura jurídica”, diz Sérgio.

A diferença se faz sentir após a apresentação e a primeira avaliação. Uma vez aprovado no mérito, mesmo que não esteja totalmente adequado, o projeto é discutido com os propositores e são feitas adaptações de orçamento e mesmo de objetivos. Durante o projeto, é feito um acompanhamento por telefone e por visitas, realizadas de maneira amostral. Ao final, prestação de contas e relatório. “É bastante flexível no sentido de atender organizações com poucos recursos e capacidade de gestão. Até porque são muito mais ativistas e não é um objetivo fazer com que passem tempo atendendo burocracias de projetos tradicionais”, explica Haddad.

Ele destaca que, além dessa missão mais explícita, o fundo tem outra ambição: explorar novas formas de captação, desenvolvendo estratégias e técnicas que possam ajudar as organizações da sociedade civil. “Vemos que há um conjunto muito grande de entidades internacionais mudando para o Brasil, captando recursos por aqui com sua experiência e recursos internacionais. Expertise, recursos e nome fazem com que Greenpeace, Médicos sem Fronteiras e outras captem recursos aqui com sucesso. Nossa experiência é ver como construir essa base de captação de recursos sem essas qualidades dos parceiros internacionais”.

O projeto, por enquanto, tem buscado principalmente recursos de empresas e da cooperação internacional. Mas, além disso, faz experiências com a captação junto a indivíduos por meio da Nota Fiscal Paulista, programa do governo estadual de São Paulo que devolve parte dos impostos arrecadados em uma compra ao consumidor, que pode optar por encaminhar esses valores para uma entidade. “É bastante experimental e vem dando certo, no sentido de que a gente tem crescido, feito parcerias, e tem contemplado

cada vez mais projetos”, explica Sérgio.

O Fundo Brasil faz parte de uma articulação mais ampla de entidades com objetivos semelhantes de promover novos modelos de financiamento e atuar diretamente com grupos e movimentos pequenos e médios, próximos da base da sociedade, que têm menos acesso a recursos e contribuem com a transformação social e a organização da população mais vulnerável. Estes novos atores estão organizados na Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social, que inclui Fundo Baobá (voltado para a equidade racial), Fundo Social Elas (com foco na promoção do protagonismo feminino), Fundo Socioambiental Casa (que atua com a temática ambiental), Brazil Foundation (que visa promover a transformação de realidades sociais), além do Fundo Brasil de Direitos Humanos e de três fundações comunitárias: o Instituto Rio, Instituto Florianópolis e o Instituto Baixada Maranhense.

O modelo de financiamento de pequenos projetos do Fundo Brasil encontra raízes na atuação da Coordenadoria Ecumênica de





CESE

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço nasceu em 1973 com o objetivo de promover e garantir a defesa de direitos, justiça e paz. Para isso, assumiu o compromisso de fortalecer as lutas dos movimentos sociais por transformações que assegurem uma sociedade justa e democrática. Em quase quatro décadas de trabalho, a CESE já apoiou mais de 10 mil projetos de organizações populares em todo o Brasil, numa média de 400 projetos apoiados por ano.

<http://www.cese.org.br/>

Serviço (CESE). Com 40 anos de atuação, a entidade foi pioneira neste modelo de financiamento. Desde 1973, mais de 11 mil iniciativas propostas por grupos pequenos foram apoiadas. “Às vezes, com um pequeno recurso você consegue alavancar uma soma enorme. Já teve casos, por exemplo, de manifestações em relação à questão da terra que nós apoiamos com R\$ 5 mil e por meio dela os movimentos conseguiram milhões, porque estava faltando essa pressão política”, comemora Eliana Rollemberg, assessora da diretora da entidade.

Ela explica que o projeto invertia a lógica existente na maioria das experiências da época. “Na maioria eram grandes projetos onde a soma de recursos, mesmo elevada, acabava sendo utilizada em várias instâncias e o que chegava mesmo para a população que deveria ser beneficiada era uma parte menor”, explica. “A ideia da CESE era apoiar iniciativas de pequenos grupos porque assim a ação não precisaria necessariamente ter várias instâncias. O próprio grupo planejava, monitorava e cuidava do que era possível em termos de gestão financeira, prestação de contas”, afirma. Os projetos contemplavam também uma dimensão de capacitação, incentivando que a gestão dos recursos fosse feita pelos próprios grupos, reforçando a autonomia.

Nos primeiros anos de atuação, em pleno regime militar, a entidade contou com grande apoio internacional, em especial agências de cooperação ecumênicas de vários países desenvolvidos, como Alemanha, Noruega, Dinamarca, Suécia, Canadá e EUA. O crescimento foi rápido e mostrou o acerto da proposta. “A gente chegou a ter R\$ 4 milhões para apoiar pequenos projetos por ano. Recebíamos mil demandas e selecionávamos perto de 700”, conta Eliana. “Esse foi um momento de ‘boom’, de auge do nosso trabalho e de reconhecimento dos pequenos projetos. As agências diziam ‘nós não temos condições de apoiar diretamente os menos favorecidos, mas a CESE chega até eles’”, completa.

Como muitas organizações, a CESE foi bastante atingida pela diminuição nos repasses de agências internacionais que chegou com força nos anos 2000. Com isso, o total de recursos disponíveis para financiamento caiu atualmente para R\$ 1,3 milhões, forçando uma queda no número de projetos e valor médio dos apoios. “Hoje a nossa média está baixíssima, a gente apoia com R\$ 5 mil, R\$ 7 mil. Dependendo do projeto conseguimos chegar a R\$ 10 mil, mas isso

não é a regra”, lamenta Eliana.

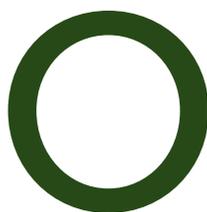
Para recuperar sua capacidade, a CESE tem trabalhado para encontrar novos apoiadores e fontes de financiamento. Um exemplo é uma parceria com a organização holandesa Gansos Selvagens, que reafirma o caráter formador dos projetos. “A partir do impulso deles, fomos desenvolvendo um novo tipo de apoio a projetos e relação com os grupos, que é um programa de dupla participação: o grupo entra com parte dos recursos e a gente dobra o valor. Ao mesmo tempo, capacitamos grupos da sociedade para que eles mobilizem recursos. A gente tem que pensar que cada vez mais os grupos precisam ter autonomia no financiamento”, explica Eliana. “São editais mais complicados, não tem só a proposta da atividade, mas também a proposta da mobilização. É complicado, estamos com dificuldade para cumprir as metas, mas acreditamos que é algo que tem muito significado”, diz. A partir desta experiência, foi fechado também um projeto semelhante com o Instituto C&A.

Outra alternativa buscada pela CESE é a mobilização de recursos via doações individuais, que segundo Eliana, caminha devagar. “É muito difícil, especialmente para projetos transformadores. Porque existe muita doação, mas para crianças com câncer, em alguns casos para atingidos pelo vírus HIV, mas quando pensa em alguma coisa que não tem esse caráter de assistência, não é fácil. É muito instigante, mas temos tido dificuldade, até mesmo de ter um bom programa no site que possa ajudar essa doação”, diz.

Uma das iniciativas é a criação de uma rede de amigos da CESE, que faça doações regulares. Ela conta que há alguns meses recebeu a ligação de uma pessoa do meio rural, no interior da Bahia, que se interessou pelo trabalho da entidade e quis saber como poderia fazer parte da rede. “Mas ela disse que só poderia doar R\$ 10 por mês e perguntou: ‘vale?’. Nós dissemos ‘claro que vale’”, recorda. “Aos poucos, ela foi apresentando outras pessoas do município que foram também doando. Recentemente, nós tínhamos uma campanha e eles organizaram um evento para ajudar. Nós mandamos duas pessoas para participar e eles conseguiram tudo no mercado local, comida, as hospedagens. E venderam todos os materiais da campanha e conseguiram mais de R\$ 5 mil. Foi um exemplo incrível para nós de que é possível ter doadores individuais e não só grandes doadores. Pequenos, mas que estão comprometidos com o que a gente faz”, acredita.



Novo marco regulatório para as OSCs



desenvolvimento de um ambiente mais favorável para a ação das OSCs passa também por mudanças na legislação referente ao tema no Brasil. O caso das doações é um exemplo claro. Um dos maiores desestímulos para a formação de uma cultura de doação no Brasil vem do regime tributário: trata-se do ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, imposto de competência estadual que incide sobre doações. Na grande maioria dos estados, o imposto é devido pelo donatário, ou seja, a entidade que recebe a doação, e a alíquota é de 4% sobre o valor. Por ser de competência estadual, as hipóteses de isenção e os requisitos para usufruir dela variam muito. “A tributação de doações feitas para causas sociais e de interesse público podem levar ao desestímulo de doar, pois ‘come’ uma parte dos recursos repassados”, avalia Valéria Trezza, advogada especialista em organizações da sociedade civil.

Trezza explica que existem diversos incentivos a doações previstos em lei para áreas específicas, como cultura, esporte, criança e adolescente, cân-



ABONG

Organizações em defesa dos direitos e bens comuns

A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e anti-sexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia.

<http://abong.org.br/>

cer e pessoas com deficiência. Há poucos incentivos, no entanto, para doações livres e desvinculadas de projetos. “Atualmente, os únicos incentivos desse tipo são os concedidos às empresas que apuram lucro real e doam para OSCIPs e entidades que possuem o título de utilidade pública federal ou para entidades educacionais”, esclarece. “Nos EUA, por exemplo, existe um incentivo fiscal a doações de grandes heranças para entidades de interesse público. Esse incentivo é largamente utilizado e gera a destinação de recursos vultosos para o Terceiro Setor”. Segundo ela, tramita no Congresso há muito tempo um projeto de lei para concessão de incentivo fiscal a doações para a área do meio ambiente, semelhante ao que hoje existe na área de cultura. Também está em discussão um projeto de lei de incentivo a doações para criação de fundos patrimoniais.

André Bogsan concorda que a legislação brasileira é um grande entrave. “Além de não ter um histórico de doações, a lei não facilita. Nos EUA, você pode doar até 42% do seu imposto de renda, essa é uma prática comum. Na Europa também há exemplo, na França, Alemanha e Holanda a declaração do imposto já traz essa opção. Existe um mecanismo preparado para a pessoa que doa, ela escolhe entre várias organizações”, avalia.

Essas, no entanto, estão longe de ser as únicas mudanças necessárias na legislação brasileira do ponto de vista das ONGs. “Hoje a legislação brasileira para as OSCs é insuficiente e confusa, dificultando o acesso a recursos pelas organizações da sociedade civil que atuam em causas de interesse público”, afirma Vera Masagão, diretora-executiva da Abong e representante da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs, que reúne redes representantes de milhares de entidades de todo o país na luta por mudanças nas leis. Segundo ela, há sobreposição de leis, dando margem para o uso indevido das organizações por governantes e empresários para favorecimento de grupos políticos ou enriquecimento pessoal.

Masagão também menciona a criminalização das OSCs e lembra que o novo marco legal entrou em pauta logo após a CPI das ONGs, que investigou repasses do governo federal para ONGs. “A CPI causou sérios danos à imagem das organizações da sociedade civil. Um contraste interessante é que estudos mostram que na Europa, as ONGs são o setor que tem mais credibilidade junto à sociedade.

Aqui, a mídia ocupa o topo da credibilidade, seguida por empresariado e depois as ONGs, que só ficam à frente dos governos. Mas eu acredito que a história vai mostrar que somos fundamentais para o avanço da democracia como fomos essenciais no processo de redemocratização do Brasil”.

A luta conseguiu vitórias em 2013, com o avanço na tramitação do substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para o PLS 649/2011. O projeto, construído após inúmeras rodadas de consultas e debates públicos com a participação de representantes das OSCs, foi aprovado no Senado no dia 4 de dezembro e segue para a Câmara.

Se aprovada, a nova lei vai oferecer à sociedade regras claras para as parcerias entre governo federal e OSCs. A gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil e a transparência na aplicação dos recursos públicos são os principais fundamentos do novo regime jurídico que contempla





inovações tais como a criação de um instrumento próprio para as parcerias entre OSCs e órgãos públicos, a exigência de qualificação das organizações, exigência de chamamento público e regras para a prestação de contas.

Importante interlocutora das OSCs junto ao governo federal, a assessora especial da Secretaria Geral da Presidência da República Laís de Figueiredo Lopes avalia que o objetivo central da agenda está no aperfeiçoamento da relação de parceria entre Estado e organizações da sociedade civil (OSCs), incluindo a criação de um instrumento jurídico próprio para esse modelo de financiamento. Hoje, essa relação é feita por meio do convênio, instrumentos jurídico criado para os repasses da União para estados e municípios. “O SICONV (sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termos de parceria do governo federal) foi criado com a lógica e a linguagem dos órgãos públicos, que contratam bens e serviços diferentes das OSCs. É preciso adaptar o sistema e criar uma interface própria para as organizações que seja mais intuitiva e deixe claro as regras que elas têm que seguir quando em parceria com o Estado”, explicou.

Para a assessora, o novo marco também é fundamental para o enfrentamento à criminalização das OSCs. “Hoje quando a gente ouve falar de fraude de ONGs, a gente percebe que são organizações que ninguém nunca ouviu falar, ou seja, essas se utilizam do título de ONG para fraudar. E é justamente esse tipo de coisa que temos que impedir com regras mais claras de transparência e controle.”

O combate a esse tipo de distorção é fundamental para aumentar a credibilidade das entidades com a sociedade como um todo. “Há certo desconhecimento sobre o universo das organizações da sociedade civil. Temos identificado muitas ideias preconcebidas. Estamos falando de um processo de resgate da confiança pública: confiança no público e na atuação pública das organizações da sociedade civil”, afirma Laís. “Nesse sentido, é preciso cada vez mais evidenciar as boas práticas, os impactos que as OSCs alcançam e quanto as tecnologias sociais criadas por elas e depois incorporadas pelas políticas públicas são transformadoras para o Brasil. Temos que aumentar as vozes, dar uma pluralidade maior a esse espaço público onde as OSCs estão inseridas e aperfeiçoar cada vez mais essa relação com Estado e sociedade”, completa.

Num cenário complexo, com muitos desafios e oportunidades para o desenvolvimento de uma sociedade civil sadia, ampliar a diversidade de fontes de recursos é a aposta da socióloga Anna Pelianno para o futuro. “Diversificar o financiamento é muito importante. Quando uma organização fica dependente de um só financiador, fica na dependência também da orientação dele. Quanto mais diversas as fontes, maior a autonomia e sustentabilidade das OSCs”, afirma.

Para ela, a variedade de fontes também ajuda a ampliar a credibilidade das organizações, pois descentraliza e torna público o controle sobre elas. “O governo federal não pode controlar esse universo tão grande de organizações. É importante valorizar os conselhos, o controle local e da própria sociedade. Por exemplo, passar recursos via conselhos, que tem que ser fortalecidos, fazer mais controle da qualidade do serviço e não só da questão financeira”, defende. “Ninguém melhor que as comunidades atendidas ou representadas pelas OSCs para avaliar seu trabalho. Nesse sentido, é bem interessante o financiamento privado. Pois se um cidadão coloca dinheiro, ele geralmente sabe o que está acontecendo, o que garante certo controle. Se diversifica as fontes, também diversifica os controles”, conclui.

Entrevistas em vídeo

Acesse o canal do Observatório da Sociedade Civil no Youtube e assista entrevistas exclusivas com Laís de Figueiredo Lopes, assessora especial da Secretaria Geral da Presidência da República, e Eliana Rollemberg, assessora da diretoria da CESE

Laís de Figueiredo Lopes



Acesse aqui: <http://youtu.be/2dXcXzBxDWs>

Uma das principais interlocutoras da sociedade civil junto ao governo federal, a assessora especial da Secretaria Geral da Presidência da República Laís de Figueiredo Lopes concedeu esta entrevista ao Observatório da Sociedade Civil durante a feira ONG Brasil 2014. Ela comenta os debates e desafios a respeito do financiamento das ONGs e da prestação de contas para o governo no âmbito do Marco Regulatório das OSCs.

Eliana Rollemberg



Acesse aqui: <http://youtu.be/xUkFkELLEjY>

Militante histórica dos direitos humanos, Eliana Rollemberg é hoje assessora da diretoria da CESE, entidade onde atua desde 1983. Ela falou ao Observatório da Sociedade Civil durante a feira ONG Brasil 2014. Na entrevista, ela discute a queda no volume de recursos internacionais para ONGs e as dificuldades de pautar o financiamento a pequenos projetos nos debates com o governo federal.

DIRETORIA EXECUTIVA GESTÃO 2013/2016

Adriana Ramos	Instituto Socioambiental
Ivo Lesbaupin	ISER Assessoria – Religião, Cidadania e Democracia
Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá)	EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
Damien Hazard	Vida Brasil-BA
Vera Maria Masagão Ribeiro	AÇÃO EDUCATIVA – Assessoria, Pesquisa e Informação

REPRESENTANTES ESTADUAIS

RIO GRANDE DO SUL

- **Mauri José Vieira Cruz**
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
- **Vitor Hugo Hollas**
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

SÃO PAULO

- **Paulo Roberto Padilha**
Instituto Paulo Freire
- **Alexandre Isaac**
CENPEC - Centro de Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária

RIO DE JANEIRO

- **Eleutéria Amora da Silva**
CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora
- **Wanda Lucia Branco Guimarães**
Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS

BAHIA

- **Edmundo Ribeiro Kroger**
CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular
- **Fabiane Brasileiro**
AVANTE - Avante Qualidade, Educação e Vida

PERNAMBUCO

- **Alessandra Nilo**
Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
- **Azael Cosme dos Santos Júnior**
GTP+ Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo

TOCANTINS

- **Sílvia Patrícia da Costa**
CDHP - Centro de Direitos Humanos de Palmas

PARÁ

- **João Dalto Paiva**
APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

ACRE

- **Maria Jocileide Lima de Aguiar**
RAMH - Rede Acreana de Mulheres e Homens

PARANÁ

- **Adreia Fiorese Vansetto Soares**
ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

SANTA CATARINA

- **Antonio Carlos Vieira**
Centro Vianeí de Educação Popular

EQUIPE

Desenvolvimento Institucional
Helda Oliveira Abumanssur

Administrativo
Marta Elizabete Vieira e
Fabio Alves Fernandes

Comunicação
Amanda Proetti e
Nana Medeiros

Relações Internacionais
Maíra Villas-Bôas Vanuchi

Observatório da Sociedade Civil
Nicolau Soares

**PUBLICAÇÃO -
O DINHEIRO DAS ONGS**

Reportagem e Redação
Nicolau Soares

Revisão
Amanda Proetti e
Nana Medeiros

Fotos cedidas pelas ONGs

**Projeto gráfico e
diagramação**
Tadeu Araújo

APOIO



FORD FOUNDATION

APIO



FORD FOUNDATION

